**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: fundamentos e importância na Educação Infantil**

**Milena Feitoza da Silva** (UFAC)

(milefeitoza@gmail.com)

**Joana Maria Chaves Araújo** (UFAC)

(joaraujomc@gmail.com)

**RESUMO:**

Este estudo apresenta os pontos mais relevantes dos resultados de um levantamento bibliográfico envolvendo a interrelação entre Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Infantil. Tem-se como objetivo apresentar os principais aspectos teóricos, históricos e legais que norteiam a Educação Inclusiva na modalidade da Educação Especial e sua importância na Educação Infantil. Utilizou-se como procedimento metodológico uma abordagem qualitativa, com o uso da revisão bibliográfica. Os resultados mostram que, na literatura, constam a previsão de políticas públicas, bem como pressupostos teóricos e demais referenciais legais que respaldam as propostas da Educação Especial na perspectiva Inclusiva na Educação Infantil e orientam as escolas na efetivação da inclusão escolar da criança público-alvo da Educação Especial. Conclui-se que, de um modo geral, apesar dos avanços mencionados anteriormente, ainda foram identificados muitos problemas no processo de inclusão da criança público-alvo da Educação Especial nas instituições de Educação Infantil brasileiras, sendo necessário novos estudos para suprir os limites deste estudo, visto que se tratou de uma pesquisa bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE**: Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido ao longo do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Acre (UFAC), sendo resultado de um levantamento bibliográfico envolvendo a interrelação entre Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Infantil, com ênfase na relevância da Educação Inclusiva na Educação Infantil.

Nesse contexto, insere-se o presente estudo com o objetivo de apresentar os principais aspectos teóricos, históricos e legais que norteiam a Educação Inclusiva na modalidade da Educação Especial e sua importância na Educação Infantil.

O aporte teórico se fundamenta, principalmente, em autores como: Bruno (2006), Costa (2010), Mazzotta (2005), Mendes (2010), Kuhlmann Júnior (2000, 2011, 2015), Kramer (1982) e ainda em algumas fontes documentais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001), a Política Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM INTERFACE COM A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Inclusiva é um movimento mundial centrado na valorização das diferenças em defesa da educação como direito de todos. Esse movimento foi impulsionado pela busca e anseio do direito a uma educação que respeita e atende as necessidades de todos os indivíduos indistintamente.

A história da inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial nos remete ao histórico da origem da Educação Especial. Sabe-se que por um longo período da história, o público-alvo dessa modalidade de ensino, não possuía visibilidade social, tampouco usufruía de direitos como cidadãos. Foi somente quando a concepção religiosa que orientou a visão de mundo da maioria das pessoas até o século XVII foi aos poucos sendo modificada e substituída por concepções científicas, que a atitude em relação aos indivíduos público-alvo da Educação Especial começaria a avançar no sentido de compreender a condição destas pessoas sob uma perspectiva vinculada a medicina. (BRUNO, 2006).

A partir do século XVIII, destacar-se-iam movimentos sociais fundamentados nos ideais de igualdade que buscavam reivindicar o estabelecimento de uma educação para todos. Foi quando a Educação Especial passaria a apresentar os primeiros registros da existência de estabelecimentos voltados a atender pessoas com determinadas deficiências, ainda que não abrangesse uma quantidade expressiva desse público, pois se perdurava uma perspectiva segregacionista (LIMA, 2006).

Mudanças quanto ao tratamento nos estabelecimentos, os métodos e termos utilizados para se referir ao público-alvo da Educação Especial ocorreriam ao longo dos séculos seguintes e foram marcos importantes para o alcance de direitos desse público no futuro. Percebemos que mesmo nas últimas décadas, ainda ocorre o processo de desconstrução para que termos referentes ao público-alvo da Educação Especial não sejam de alguma forma estigmatizadores ou pejorativos, como foi ao longo da história dessa modalidade.

A Educação Inclusiva se apresenta como um movimento fundamental para os avanços significativos na modalidade da Educação Especial. Os debates acerca da educação do público-alvo da Educação Especial promoveram a organização de encontros que favoreceram a sistematização da educação sob a perspectiva Inclusiva, destacando-se:

[...] a Convenção dos Direitos da Criança realizada em Nova York em 1989; a Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtiem (Tailândia) em 1990; a Conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais”, desenvolvida em Salamanca (Espanha), 1994; e, a mais recente no ano de 2000, acontecida em Darkar (Senegal), com o título de “Fórum Consultivo Internacional para Educação para Todos”. (SANCHES, 2005, p.9).

Com a influência da defesa dos pressupostos de uma concepção inclusiva mundialmente, a Educação Inclusiva foi se estabelecendo no Brasil na década de 1990. Essa perspectiva foi instituída na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de eqüidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p.1).

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL,1988) também trouxe de forma mais ampla direitos a todos os cidadãos sob a perspectiva da inclusão, sendo que referente ao direito à instrução no país, o direito à Educação para Todos. Em 1996, a LDB nº 9.394/1996 estabelece em seu Artigo 58 que a Educação Especial deve ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL,1996, on-line).

Nesse sentido, a Educação Inclusiva possibilitou a discussão sobre a ampliação do acesso à educação de todas as crianças que se encontravam segregadas na sociedade e a reorganização do sistema educacional, como trata a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas. (BRASIL, 2008, p.1).

Os avanços nas legislações e concepções referentes à adoção de uma Educação Inclusiva também ampliou as perspectivas sobre direitos de inclusão para as crianças pequenas nos seus primeiros anos escolares. Bruno (2006, p. 13) afirma:

[...] é necessário reconhecer a necessidade de articulação das políticas e de ações práticas efetivas e integradas entre os setores governamentais que desenvolvem essas políticas, para que as crianças com necessidades educacionais especiais tenham acesso aos recursos e equipamentos especiais necessários ao processo de desenvolvimento e aprendizagem no âmbito da educação infantil.

Também é assegurado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede regular. Como exposto na Resolução n° 4, de 2 de outubro de 2009 em seu Artigo 2°:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009, p.1).

Desse modo, as instituições escolares precisam oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), organizando-se para atender ao público-alvo da Educação Especial além de realizar as adaptações necessárias para garantir a acessibilidade.

A Educação Especial na perspectiva Inclusiva na Educação Infantil atua visando o desenvolvimento integral e aprendizagem da criança, através de diferentes estímulos, em conformidade com as constatações de Bruno (2006, p. 20):

As crianças com deficiência sensorial, auditiva ou visual necessitam de um ambiente de aprendizagem que estimule a construção do sistema de significação e linguagem, a exploração ativa do meio como forma de aquisição de experiências, o uso do corpo, do brinquedo e da ação espontânea como instrumentos para a compreensão do mundo. Elas necessitam da mediação do professor para a formação de conceitos, o desenvolvimento da autonomia e independência, incentivando-as se comunicarem, interagirem e participarem de todas as atividades em grupo

Além disso, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva desde o nascimento o público atendido pela Educação Especial tem resguardado o acesso a serviços de estimulação precoce por meio do AEE, interligados a assistência social, educação e saúde. (BRASIL, 2008).

Em conjunto com a oferta desses serviços é necessário a formação dos profissionais e reorganização das práticas pedagógicas com caráter inclusivo. Nas Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil mostra que é imprescindível a formação inicial em Licenciatura em Pedagogia para atuar na Educação Infantil e a continuada para trabalhar com crianças/ alunos público-alvo da Educação Especial. (BRASIL, 1994).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é crucial iniciar o acesso inclusivo ao ambiente de aprendizagem à educação das crianças público-alvo da Educação Especial desde a Educação Infantil, tendo em vista o trabalho realizado desde cedo para minimização dos obstáculos enfrentados por elas e seu estímulo que pode influenciar sua vida e trajetória escolar.

Conclui-se que, de um modo geral, apesar dos avanços percebidos, ainda foram identificados muitos problemas no processo de inclusão da criança público-alvo da Educação Especial nas instituições de Educação Infantil brasileiras, sendo necessário novos estudos para suprir os limites deste, visto que se tratou de uma pesquisa bibliográfica.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponívelem:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\_20dez\_site.pdf. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l9394.htm](%20http%3A//www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Resolução n° 04/2009 de 02 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CBE no 2 de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Infantil:** Saberes e práticas da inclusão. 4 ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

LIMA, Augusta Priscila. Definindo Educação Inclusiva e Educação Especial. **Educação Inclusiva e igualdade social.** São Paulo: Avercamp, 2006.

SANCHES, Pillar Arnalz. **A Educação Inclusiva:** um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: Revista da Educação Especial. MEC/SEESP. Brasília, 2005.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos o apoio de nossos familiares no processo de obtenção dos título de licenciadas em Pedagogia e a Universidade Federal do Acre, pela oportunidade de frequentarmos um curso com tanta qualidade.